

## Considerações psicanalíticas sobre a diferença na Deficiência

Suzane Gapski Muzeka<sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho aborda considerações sobre os efeitos que a deficiência gera na relação intersubjetiva. Esta que é uma marca que diferencia o sujeito do seu semelhante produzindo consequências importantes na sua estruturação psíquica, sendo possível refletir sobre as contribuições da psicanálise a fim de que o sujeito possa por si, elaborar um novo sentido para a sua deficiência oportunizando assim o advento do sujeito de desejo.

**Palavras-chave:** Psicanálise, Deficiência, Pessoa com Deficiência, Diferença.

### Abstract

The present work approaches considerations about the effects that the deficiency generates in the intersubjective relationship. This, which is a mark that differentiates the subject from his similar, producing important consequences in his psychic structuring, making it possible to reflect on the contributions of psychoanalysis so that the subject can for himself, elaborate a new sense for his deficiency, thus providing the opportunity for the advent of the subject of desire.

**Keywords:** Psychoanalysis, Deficiency, Person with Deficiency, Difference.

Na literatura sobre a história da humanidade, ainda na era Antiga, é possível encontrar referências sobre indivíduos que se destacavam do censo comum, do padrão considerado normal porque apresentavam algum defeito, deficiência. Desde então, ao longo do percurso, sabe-se que essas pessoas eram rejeitadas, excluídas da sociedade através do isolamento social ou até mesmo condenadas à morte por diversas formas e, portanto, é inegável mencionar que essa trajetória é marcada pela violência e discriminação.

Entretanto, nesse percurso, no âmbito mundial, há um avanço através dos tempos, uma vez que ocorre um maior interesse e atenção voltados para esses indivíduos principalmente quando a deficiência passa a ser entendida como uma doença. Assim, a partir da concepção do modelo

---

<sup>1</sup> **Suzane Gapski Muzeka:** Psicanalista, Membro da Associação Psicanalítica de Curitiba, Graduada em Fonoaudiologia (PUC-PR), Especialista em Psicologia Clínica :Abordagem Psicanalítica (PUCP-PR). E-mail: smuzeka@uol.com.br

médico implantado, foi possível a abertura de espaços de discussão e a evolução no modo de pensar e agir da sociedade.

Inicialmente, a deficiência era considerada como uma limitação, característica única do indivíduo, em que apresentava uma incapacidade no desempenho das suas atividades. Atualmente, após a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, proclamada pela ONU em 2006 (apud MPP, 2022) é entendido que “pessoas com deficiências são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interações com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”. Posteriormente, entre leis e decretos, é versado sobre a pessoa que tem impedimentos de longo prazo, que sofre influência de fatores ambientais e sociais e que pode se colocar em condições de igualdade com seu semelhante.

Sendo assim, a concepção anterior de deficiência, vista como pejorativa e penosa, em que o indivíduo portava e era excluído, foi modificada: passou-se a considerá-la como uma condição, um impedimento, sendo plenamente possível que tal sujeito se envolva e faça parte da sociedade.

A evolução da própria nomenclatura utilizada para designar essa condição passou por diversos termos – como, por exemplo, aleijado, defeituoso, incapacitado, excepcional, com necessidades educativas especiais ou portador de deficiência – para, por fim, ser nomeado como uma pessoa que tem uma condição impeditiva que é a deficiência, atribuindo-se o termo mais atual: pessoa com deficiência.

Diante do breve panorama explanado sobre a deficiência, a partir dos primeiros registros na história é possível apontar que existe uma diferença que se estabelece entre as pessoas com e sem deficiência. A partir do pressuposto médico e biológico, a deficiência é considerada como uma doença, sendo estudada e tratada através de normas e padrões. Tal percepção difere do campo psicanalítico, no qual não há interesse em discorrer sobre as questões de diagnóstico e tratamento, mas em se debruçar sobre os efeitos que elas implicam no sujeito, sendo um deles relativo à diferença. Esta, que é atestada por aquilo que é visto, uma marca no real do corpo, como coloca Bernardino (2007, s.p.), e que, portanto, se destaca do que é igual, do universal.

A questão que motiva a presente reflexão se dá a partir da observação sobre tais efeitos que a deficiência gera na relação entre os sujeitos, mais precisamente o que se nota quando o sujeito se depara com o diferente, e o que se produz a partir de então como pena, repulsa, intolerância ou afastamento. Assim, o que se propõe é buscar reflexões pelo viés psicanalítico acerca do que é lido como a diferença nas deficiências.

Partindo das ideias que Bernardino (2007, s.p.) coloca, são dois conceitos para tratar sobre a diferença. Inicialmente, a autora menciona que “ela produz efeitos estruturantes e é essencial para que o ser humano passe de uma definição geral para uma definição particular de quem ele é, e

segundo, que a diferença produz estranheza, aquela que marca o real do corpo e produz consequências, tanto em quem apresenta quanto nos outros que se deparam com ela” (BERNARDINO, 2007).

A criança, mesmo antes de adentrar no mundo da linguagem, pela relação com o Outro é falada por este que lhe atribuirá um lugar único no meio familiar e na comunidade na qual será inserida. Portanto, desde muito cedo ela comportará uma história através da qual, pela rede de significações engendrada, se apropriará dos significantes para se estruturar e ser marcada enquanto sujeito.

No entanto, quando ocorre a chegada de uma criança com dificuldades e limitações em seu desenvolvimento e que se apresenta ao mundo de uma forma inesperada para os pais, certamente haverá efeitos significativos. Aquilo que havia sido idealizado para esse filho na rede de significações, dos sentimentos e de expectativas, do que seria “um filho perfeito, forte e que teria a responsabilidade de perpetuar a existência dos genitores, como também que seria uma criança perfeita para a sociedade”, segundo diz Buscaglia (apud Signoretti, 2019, s.p.) de fato não acontece e, portanto, a constituição subjetiva da criança e do seu modo particular de ser, de alguma forma será impactada.

Nesse sentido, o que ocorre é um desinvestimento libidinal por parte destes pais, ou seja, há uma quebra desse ideal no qual se realizará uma diferença que marca o sujeito à condição de pessoa com deficiência. Esse cenário impede, como assinala Bernardino (2007, s.p.), de que ele “assuma a condição de sujeito de desejo”, pois aí o filho que não corresponde às fantasias dos pais e, diante da ferida narcísica, não se coloca em condições de advir enquanto sujeito.

A autora ainda menciona que o sujeito com deficiência ao entrar no campo do simbólico deixa de ser puramente biológico, e o que é da ordem das lesões orgânicas e da genética serão tomados como significantes que, interligados, constituirão o sujeito. Mannoni (apud Bernardino, 2007, s.p.) diz que “mesmo nos casos em que está em jogo um fator orgânico, a criança não tem só que fazer face a uma dificuldade inata, mas ainda à maneira como a mãe traduz este defeito num mundo fantasmático que acaba por ser comum aos dois”.

Continua Bernardino sobre a relação da criança com o Outro: “São essas réplicas do Outro, esse discurso que começa a ser dirigido não para o bebê em si, mas para o que ele encarna na cena familiar, que o constituirão como sujeito: simbolicamente, ele começará a existir”. (BERNARDINO, 2007)

Assim como foi exposto, cabe considerar que as dificuldades no desenvolvimento do sujeito podem marcá-lo pela diferença em relação ao ideal, do que se espera do seu próprio desenvolvimento, e que, por apresentar tal diferença, é possível que seu desenvolvimento fique impedido, não sendo possível que o sujeito de desejo se apresente.

Ao refletir sobre os casos em que as condições de sobrevivência do sujeito são impactantes e severas, assim como casos em que essas dificuldades para se viver no mundo são consideráveis e levam o indivíduo em questão a necessitar dos cuidados constantes de um outro, é possível pensar que a deficiência marca o sujeito como uma diferença que causa estranheza, pois difere do outro. Esse fato pode propiciar que o sujeito assuma uma posição de objeto de cuidado na relação com o outro, o que acarretará efeitos profundos na sua estruturação psíquica.

Cabe mencionar como exemplo aquela mãe que, ferida narcisicamente, embarca numa odisséia em busca de diagnóstico e tratamento. Sua esperança é de que essa diferença seja restaurada, ou seja, a prioridade está depositada na deficiência e não no sujeito, ocorrendo uma dessubjetivação que impedirá o aparecimento do sujeito de desejo.

Lacan (1964) coloca que a constituição psíquica se dá a partir de dois processos: a alienação e a separação. Inicialmente, a criança é falada pelo Outro mesmo antes de falar, sendo importante que ela se aliene no desejo deste para ter existência simbólica. Posteriormente, ao ter a ilusão de que tem domínio da linguagem, ela se desalienará do saber, das palavras e dos pensamentos do Outro para garantir sua própria existência e, portanto, apresentar seu próprio desejo.

Mannoni (apud Bossa & Neves, 2019, p. 153), menciona que “o trato à criança com deficiência está embasado em aderi-la à posição de objeto de desejo, subtraindo-a da identificação como sujeito de desejo”. Ou seja, a criança alienada permanece numa relação objetual de cuidado em que nada dela se espera, respondendo apenas ao que lhe é demandado.

Bonfim (2019, p. 5) coloca que nos casos em que o sujeito apresenta uma doença grave, pode haver sérias consequências psíquicas que invadem o campo das representações e da realidade psíquica, não deixando lugar para o sujeito. A partir de tal condição, este se identificará com a sua própria doença ou deficiência, passando a ser o “doente” ou “deficiente”.

No texto “Sobre o narcisismo: uma introdução”, Freud (1914-1916) menciona que quando o sujeito é atormentado por uma dor ou mal-estar orgânico, deixa de se interessar pelas coisas do mundo externo, ou seja, deixa de investir libidinalmente nos objetos amorosos do mundo externo para investir no seu próprio eu.

Daí a importância de se considerar esta questão no processo de estruturação psíquica da pessoa com deficiência. No mesmo texto, Freud (1914-1916) traz detalhes sobre o narcisismo primário da criança, quando se dá pela revivescência e reprodução do próprio narcisismo dos pais que foram abandonados. A criança herdará os ideais não realizados por eles, sendo-lhe atribuídas as perfeições e ocultadas e esquecidas suas deficiências. Assim, ela concretizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram.

Ao se pensar sobre a estranheza produzida diante do sujeito com deficiência, é importante refletir sobre a construção da identificação narcísica do sujeito remetendo-se ao texto de Lacan

(1998, p. 97), que coloca “o estádio do espelho como uma identificação, uma transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem”. Imagem especular em que o sujeito através da sua experiência de corpo fragmentado se reconhece como um ser único, imagem na qual ele se alienará, numa construção arcaica do eu, o eu ideal.

Nasio (2009, apud Bossa & Neves, 2019) menciona que o corpo é marcado pela imagem inconsciente e pela imagem percebida no espelho. A primeira remete à imagem das sensações advindas do conjunto das primeiras impressões gravadas no psiquismo infantil a partir das sensações corporais no contato carnal, afetivo e simbólico com o agente materno. Na segunda, a criança reconhece que a imagem que o espelho oferece não a representa de fato, compreendendo que há uma defasagem irreduzível entre a irrealidade de sua imagem e a realidade de si. No mesmo sentido, disserta Lacan:

A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de infans parecer-nos-á, pois manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito. (LACAN, 1998, p. 97)

Nos casos de deficiência, Bossa e Neves (2019, p. 151) referem que a condição do sujeito pode interferir na formação da imagem em que os pais não conseguem se ver no corpo da criança, o que pode acarretar dificuldade em oferecer a imagem especular para que a criança se identifique, comprometendo, desse modo, seu desenvolvimento e a formação de sua identidade.

Andrade e Soléra (2006, p. 86) mencionam que “se a imagem do deficiente perturba, é porque ela devolve em espelho, a imagem da deficiência, vivida por cada um, e que o corpo é testemunha”.

As autoras colocam muito bem a questão imaginária ao dizer que a imagem do corpo se estabelece na história particular de cada sujeito. Apesar de ter consistência libidinal, é inconsciente, apenas reflexo do corpo real, sempre parcial e fragmentada, atualizada constantemente e dinamizada pelo falo e que depende da relação com o Outro. Relação essa que através da linguagem garantirá um lugar ao sujeito e da possibilidade de ação sobre o seu mundo. Acrescentam, ainda, que havendo uma falha na imagem do corpo, esta irá se justapor ao corpo real, lugar em que a libido se estagnarà pesando como se fosse uma sombra. (ANDRADE & SOLÉRA, 2006, p. 87)

a imagem do deficiente devolve a imagem de nossa própria experiência pessoal primitiva de corpo fragmentado, experiência esta “excluída” da imagem especular com a qual uma primeira formação do eu, representante do sujeito do inconsciente

(S) em seu eixo a' \_\_\_\_a, se identifica. (FÉDIDA, apud Andrade & Soléra, 2006, p. 86)

É possível pensar, pelas ideias de Fédida (2015, p.143), que a percepção da deficiência no sujeito supõe ao outro a própria experiência de seus limites, ou seja, de que se confronta com a sua própria deficiência considerando que é a imagem de sua própria integridade. Reconhecer essa experiência fragmentária é a condição da percepção que o sujeito tem sobre a deficiência do outro.

Sendo assim, vale pensar nas reações percebidas no encontro com o diferente. É notável como o estranhamento gera reações adversas diante daquele que tem a deficiência. Geralmente o olhar denota o que é do insuportável e angustiante no sujeito, do qual é preciso se esquivar, fazer de conta que não viu, pois não se sabe o que fazer com o que vê e se deparou. Então, a possibilidade de uma negação diante da diferença fica evidente.

Fédida (2015, p. 145) coloca que a pessoa com a deficiência constitui uma figura que desencadeia todas as negações do outro, pois é a pessoa sobrevivente, a que escapou de um cataclisma, de uma catástrofe que já se produziu e que ameaça interiormente esse outro.

Ainda sobre esse efeito que a pessoa com deficiência causa no outro, Carpigiane (1999, p. 22-23) afirma que alguns autores colocam como hipótese que os mecanismos de defesa criam formas particulares de ação para se defender do que lhe é estranho e diferente, e “de que há um movimento involuntário e inconsciente de resistência à percepção real da deficiência, uma força psíquica que distorce as cores da realidade e gera afastamento social e dificuldade de integração da pessoa com deficiência” (CARPIGIANE, 1999, p. 22-23).

Freud, em seu texto “O Estranho” (1919), relaciona o termo estranho com o que pode ser amedrontador que gera sentimentos de repulsa, aflição e afastamento, sendo de ordem conhecida e familiar. Relata que situações que geram estranheza podem estar relacionadas ao retorno de algum tipo de afeto reprimido, e declara que “esse estranho não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente; e que somente se alienou desta através do processo da repressão [...] o que permite compreender o estranho como algo que deveria ter permanecido oculto mas veio à luz” (FREUD, 1919, p. 258).

Bernardino (2007, s.p.) comenta que, na relação com o outro diferente, a questão da diferença se atualiza como experiência de castração. No entanto, para se defender da angústia da castração, apela-se para o mecanismo de defesa através do qual se recusa a diferença, ou seja, o diferente não é reconhecido como semelhante, porque remete ao que é de insuportável e convoca à reação de afastamento pela relação com o íntimo recalçado da castração (BERNARDINO, 2007).

Ainda, a autora declara: “Isso obstaculiza um verdadeiro encontro com o sujeito que aparece como o diferente, esvazia sua subjetividade, afasta-o de um lugar de desejo, de singularidade, de

complexidade, reduzindo-o e aprisionando-o no atributo que marca a sua diferença: é o deficiente mental”. (BERNARDINO, 2007)

Sendo assim, ao articular a diferença enquanto questão estrutural, pelo campo psicanalítico, considera-se que cada sujeito é um ser único, que comporta sua história e é singular diante dos demais, uma prerrogativa que serve para todos os sujeitos; porém, a deficiência não pode ser desconsiderada, uma vez que apresenta uma marca que impõe significação própria na história do sujeito e que causa efeito de estranhamento no outro.

Diante dos efeitos dessa marca, que remete à imagem de um corpo despedaçado, busca-se atenuá-los construindo uma imagem positiva priorizando melhores condições de saúde e qualidade de vida mais adaptável, o que por vezes se faz necessário; contudo, também pode apontar para certo mascaramento diante da negação. Nesse sentido, Fédida (2015, p. 139) coloca que “prestando atenção a déficits funcionais e buscando remediá-los por melhores ajustes instrumentais, seja no campo médico, pedagógico ou educativo, deixamos na sombra, para não dizer que as negamos, realidades absolutamente vitais”.

No contexto social, é possível observar que a falta de reconhecimento da imagem não especular por parte do semelhante pode gerar a exclusão. O sujeito, por ser diferente, por não portar as mesmas características que compõem a comunidade, é deixado à margem. É difícil ao outro se deparar com a deficiência, reviver o que compõe a sua própria história subjetiva sendo evocados conteúdos recalcados que geram angústia e fantasias inconscientes.

Diante de um maior desenvolvimento do conhecimento científico e da apresentação de políticas públicas sobre a inclusão das pessoas com deficiência, é possível pensar que a diferença entre os seres na sociedade e a exclusão tem sido amenizada, mas não impede que os efeitos psíquicos que a diferença gera no sujeito estejam presentes, em maior ou menor grau.

Considerando que, pela via da ética psicanalítica, cada caso é único e conta com a subjetividade, a particularidade e o olhar para além da doença que se apresentam no trabalho analítico, é possível proporcionar ao sujeito a possibilidade de uma estruturação com riscos psíquicos amenizados. Através da escuta e acolhimento do sujeito, é possível o reconhecimento e a simbolização sobre a diferença, a aproximação com a sua verdade, fazendo-o produzir de forma criativa uma nova elaboração sobre sua deficiência.

É importante salientar também que o acolhimento e a escuta são funções imprescindíveis a partir do momento em que a família recebe o diagnóstico, para que os pais possam elaborar suas decepções, frustrações e expectativas diante do ser que lhes parece estranho e que anuncia um futuro inesperado. Somente dessa forma poderão ser asseguradas à família novas significações pela circulação da palavra, e ao sujeito lhe será dada a oportunidade de realizar diante da sua deficiência o seu próprio modo de viver.

## Referências

- ANDRADE, M. L. de A. & SOLÉRA, M. O. (2006). A deficiência como um “espelho perturbador”: uma contribuição psicanalítica à questão da inclusão de pessoas com deficiência. *Rev. Mudanças – Psicologia da Saúde*, 14(1), p. 85-93.
- BERNARDINO, L. M. F. (2007). A contribuição da psicanálise para a atuação no campo de educação especial. *Rev. Estilos da Clínica*, 12(22), 48-67.
- BONFIM, F. (2019). Psicanálise e Reabilitação Física. *Rev. Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(1). Recuperado de: [/https://doi.org/10.1590/1982-3703003130355](https://doi.org/10.1590/1982-3703003130355). Acessado em 25 jan. 22.
- BOSSA, D. F., & NEVES, A. S. (2019). “Era uma vez...” Considerações Psicanalíticas sobre a Deficiência e os Contos de Fadas. *Psicanálise & Barroco em revista*, 17(1). Recuperado de: <http://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/9219/7908>. Acessado em 20 abr. 2022.
- CARPIGIANI, B. (1999). A Leitura da Deficiência sob a Lente da Resistência. *Rev. Psicologia: Teoria e Prática 1999*, 1(2): 20-26. Recuperado de: [https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/Revista\\_Psicologia/Teoria\\_e\\_Pratica\\_Volume\\_1\\_-\\_Numero\\_2/art03.PDF](https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/Revista_Psicologia/Teoria_e_Pratica_Volume_1_-_Numero_2/art03.PDF) Acessado em: 20 abr. 2022.
- FÉDIDA, P (2015). *A Negação da Deficiência*. A institucionalização da Deficiência. Enviado por Ludmila Mose em 01 out. 2015. <https://pdfslide.net/documents/texto-pierre-fedida-a-negacao-da-deficiencia.html>. Acessado em 13/03/22
- FREUD, S. (1996). O estranho. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (17), Tradução de J. Salomão, p. 237-269. Rio de Janeiro: Imago. [1919].
- FREUD, S. (1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (14), Tradução de J. Salomão, p. 81-108. Rio de Janeiro: Imago. [1914].
- LACAN, J. (1998). O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: Lacan, J. *Escritos*, Tradução de V. Ribeiro, p. 96-103. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ - MPP (2022). *Conceitos de deficiência*. Recuperado de: <https://pcd.mppr.mp.br/pagina-41.html>. Acessado em 24 fev. 2022
- SIGNORETTI, J. C. (2019). *A criança com deficiência e seu lugar no desejo materno*. Monografia. Fundação Educacional de Lavras. Recuperado de: <http://dspace.unilavras.edu.br/bitstream/123456789/302/1/Juliana%20Carvalho.pdf>